



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ**

**COMARCA DE GRANDES RIOS**

**VARA CÍVEL DE GRANDES RIOS - PROJUDI**

Avenida José Monteiro de Noronha, s/n - Ed. Fórum - Centro - Grandes Rios/PR - CEP: 86.845-000 - Fone: (43) 3572-8598 - E-mail: nels@tjpr.jus.br

Processo: 0000246-55.2016.8.16.0085

Classe Processual: Falência de Empresários, Sociedades Empresariais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

Assunto Principal: Recuperação judicial e Falência

Valor da Causa: R\$186.575,68

Autor(s): • Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Prévia representado (a) por PETRA PERSONAL TRADER CTVM SA

Réu(s): • LATICÍNIO ROSÁRIO DO IVAÍ LTDA

**À Secretaria para que decrete SIGILO da presente decisão até o cumprimento do itens 2 e 3 abaixo, a fim de que não haja visualização pelas partes.**

1. Tendo em vista as informações trazidas pelo administrador judicial no mov. 228, passo a decidir.

2. Considerando que houve a continuidade das atividades da Massa Falida, determino que o estabelecimento comercial seja **LACRADO**, já que não há qualquer motivo para continuidade das atividades empresariais, bem como tal atividade é expressamente proibida, com fulcro no artigo 109 da Lei nº 11.101/05.

Determino que seja expedido mandado para cumprimento da LACRAÇÃO E ARRECADAÇÃO DOS BENS INSTALADOS NO ENDEREÇO DA FALIDA. Ainda, determino que seja lacrado todo e qualquer imóvel que seja relacionado à massa falida, sendo empresas sediadas no mesmo local ou em imóveis adjacentes, mas que estejam exercendo as mesmas atividades.

Determino o cumprimento do mandado por dois Oficiais de Justiça, com acompanhamento de reforço policial, a ser cumprido no prazo de 24 horas. Expeça-se com urgência.

3. Ainda, a medida acima deverá ser acompanhada pelo Administrador Judicial para que realize a arrecadação dos bens e documentos e a avaliação dos bens, conforme artigos 108 e seguintes da Lei nº 11.101/05, com juntada nos autos no prazo de 30 dias corridos.

Para o cumprimento da presente medida, **desde já defiro ao Administrador Judicial que tome as devidas e necessárias providências** para efetivação da lacração e arrecadação de bens, inclusive em relação a todo e qualquer produto perecível encontrado.

4. Determino a quebra de sigilo bancário da massa falida, uma vez que há regular pagamento de funcionários, vide documentos de mov. 228.37 até 228.72, bem como emissão de Notas Fiscais de entrada e saída de mercadorias.

À Secretaria para que realize a quebra de sigilo bancário da massa falida desde a data da sentença (mov. 44) até o presente momento, através do Sistema SISBAJUD, fazendo a juntada de toda e qualquer documentação possível, inclusive a juntada de extratos bancários.



O resultado da consulta deverá ser certificado nos autos pela serventia para permitir acesso pelos litigantes, com anotação de segredo de justiça ‘nível médio’ para preservação dos interesses da massa falida (sigilo fiscal).

**4.1.** Após juntados os documentos, intime-se o Administrador Judicial, que deverá diligenciar e apresentar quais valores foram arrecadados pela empresa falida, desde a decretação da falência até o momento, uma vez que tais valores já são de titularidade da Massa Falida. Prazo de 30 dias corridos.

**5.** Expeça-se ofício endereçado à Junta Comercial a fim de que esta proceda à anotação desta falência no registro da devedora, constando a expressão “Falido”, a data da decretação da falência, e a inabilitação de que trata o art. 102 da Lei n. 11.101/05.

**6.** Oficie-se as Fazendas – Municipal, Estadual e Federal – para que tomem ciência sobre os fatos, em especial sobre eventuais Crimes Fiscais.

**7.** Encaminhe os autos ao Ministério Público para que tome ciência dos fatos, bem como adote as providências cabíveis.

**8.** Após, intime-se a massa falida para que, no prazo improrrogável de 5 dias, cumpra a sentença de mov. 44, que assim determinou: “Intime-se a falida, para que apresente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, relação nominal dos credores, indicando endereço, importância, natureza e classificação dos respectivos créditos”.

Diligências necessárias.

**Grandes Rios/PR, assinado e datado digitalmente.**

**MARIA ÂNGELA CAROBREZ FRANZINI**

**Juíza de Direito**

